

Empresa lesa Estado em 1,8 milhões com faturas falsas

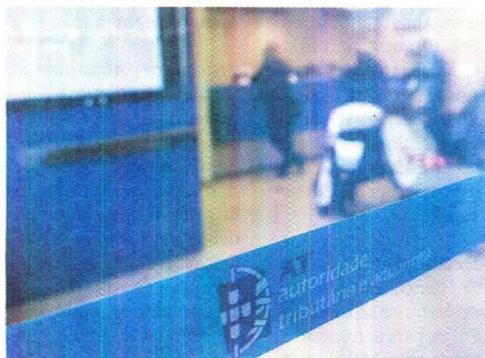
Ministério Público acusa Aquaplásticos e administradores de simularem transações para fraudes com IVA e IRC

Nelson Morais
justica@jn.pt

LEIRIA O Ministério Público (MP) de Leiria acusa a sociedade anónima Aquaplásticos, da Marinha Grande, e três administradores da coautoria de um crime de fraude fiscal qualificada, que terá lesado a Fazenda Pública em quase 1,8 milhões de euros e pode custar-lhes penas de prisão de até cinco anos ou (no caso da empresa) de multa até 1200 dias. É ainda pedido que os arguidos sejam condenados a pagar os 1,8 milhões ao Estado.

Com ajuda da Diretoria do Centro da Polícia Judiciária e da Autoridade Tributária e Aduaneira (ATA), o MP concluiu que a Aquaplásticos se envolveu num esquema de faturas falsas, em 2010 e 2011, para obter ganhos ilícitos em sede de IVA e de IRC. Os responsáveis, aponta o MP, são os então administradores José Ribeiro da Costa, 57 anos, Joaquim Agostinho Henriques, de 54, e Armando Alves Coimbra, de 65. Os dois primeiros já foram condenados por crimes semelhantes, Ribeiro da Costa a prisão efetiva. O terceiro indivíduo mora na Marinha Grande e não terá cadastro.

No despacho de acusação, concluído no dia 1 deste mês, o MP explica que o plano dos



JOSE CARLOS PRATAIS / GLOBAL IMAGES

Finanças e PJ levaram a cabo a investigação

arguidos passava pela simulação de transações de bens e serviços entre empresas fornecedoras, não visadas pela acusação, e a Aquaplásticos. A fabricante de embalagens de plástico empolava custos e diminuía artificialmente os lucros, com efeitos no IRC, e obtinha do Fisco maiores devoluções de IVA.

Embora conclua que o Estado foi lesado em 1 792 345 euros, o MP calcula que o montante dos impostos em falta é de 537 062 euros (360 357 de IRC e 176 705 de IVA). O MP acedeu a um relatório da Autoridade Tributária, cujos autores deverão depor em tribunal.

Entretanto, o MP vai ainda instaurar novo inquérito, por terem sido apreendidas armas proibidas durante a investigação. ●

SUSPEITAS

Prédio em saldo

A Aquaplásticos tinha um prédio avaliado em 2,2 milhões de euros, que vendeu a uma imobiliária por 262 500. Tal discrepância, a coincidência de a imobiliária ser gerida pela mulher de um gestor da Aquaplásticos e contratos de cessão de créditos indiciavam crimes de frustração de créditos e insolvência dolosa, parte do processo que foi arquivada.

Empresa faliu

O inquérito começou em 2011, após alerta do Fisco, e só agora foi concluído. Pelo meio, a Aquaplásticos foi declarada insolvente.